

DOM JAIME GONÇALVES

Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

Projecto: Mocambique da Guerra e Da Paz (2016) Moçambicano

P.: Quando é que se tornou padre e como surgiu essa ideia?

JG: Eu fui ordenado sacerdote no dia 17 de Dezembro de 1967, aqui na Beira. Fui colocado na paróquia de Matacuane, também na cidade da Beira.

Em 1969, fui enviado ao Canadá para estudos em Ciências Sociais. Depois, em 1970, fui a Roma para continuar os estudos em Ciências Sociais e também para estudar ou frequentar a Universidade Salesiana de Roma para estudos em Ciências de Educação. Diplomei-me nessas ciências, licencieme em Ciências Sociais e bacharelei em Teologia pela Universidade Dominicana em Roma.

Em 1975 regressei ao país e em 1976 fui sagrado Bispo e até hoje sou Bispo na Beira. Em 1984 fui feito Arcebispo e agora já sou Arcebispo Emérito¹, retirado do cargo de Arcebispo da Beira.

P.: Após a independência, a Igreja enviou mensagens ao Governo de Moçambique por causa da necessidade de Paz. Foi na terceira carta que houve uma resposta positiva. Pode descrever-nos brevemente o que se passou?

JG: A Conferência Episcopal de Moçambique começou a preocupar-se com a situação de violência no país num documento intitulado “Caminhos de Paz”, em 1979. A seguir a este documento a Conferência continuou, de facto, a estudar e a discutir a questão da violência no país. Nessa altura havia muita violência no país. Não era uma questão só da RENAMO, existia a violência praticada pelo Governo, que se dizia, Governo rebelde da Rodésia que combatia os guerrilheiros. Havia violência da África do Sul que reagia às acções do ANC a partir de Moçambique.

Tanto que a Conferência vai meditando sobre essa situação de violência A seguir escreve uma carta chamada “Apelo à Paz” e depois dessa carta escreveu uma outra que era “A Paz que o Povo Quer”. São documentos que não eram dirigidos directamente ao Governo, eram documentos dirigidos ao povo cristão.

Em termos de reacção, a carta pastoral “A Paz que o Povo Quer” é que teve uma reacção da parte do Governo. Eu era Presidente da Conferência, então fui chamado pelo então Ministro da Informação [José Luís Cabaço²] para um encontro, em que participaram também membros do Conselho Cristão e outras pessoas. De facto, a suspeita do Governo era que nós tivéssemos escrito a carta sob inspiração da RENAMO. Então quiseram saber como é que tínhamos escrito aquela carta. Porque nessa carta diz-se claramente que os responsáveis da guerra e aqueles que podem fazer a Paz são o partido FRELIMO e a RENAMO. É por isso que o Governo se interessou em saber com que coragem nós denunciámos essa situação. Então, quis saber e

¹ **Arcebispo emérito:** é o arcebispo que renuncia ao governo de uma arquidiocese, em geral, ao completar 75 anos de idade.

² **José Luís Cabaço** (Maputo, 10 de Agosto de 1941) licenciado em Ciências Sociais pela Università degli Studi di Trento, Itália em 1971 e Doutorado em Antropologia Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil, em 2007, foi jornalista, militante da FRELIMO na clandestinidade e Ministro de Informação e dos Transportes no Moçambique pós- Independência.

verificou, como eles disseram, que tínhamos escrito a carta por nós mesmos, não sob ordens, nem mandato, nem em coligação com a RENAMO. Eles reconheceram e a vida continuou.

P.: Como começou o seu envolvimento pessoal no processo de Paz? Foi no decurso da carta ao Governo depois da morte de Samora Machel³?

JG: A minha participação no processo de Paz em Moçambique começou, digamos, oficialmente com um documento escrito em 1987. Em 1987, a Conferência Episcopal, reunida em Maputo, decide fazer alguma coisa para a Paz em Moçambique, não só escrever e falar do diálogo para Paz, mas fazer alguma coisa.

Então, de acordo com essa decisão, a Conferência Episcopal em 1987 cria duas comissões de trabalho para realizar esse objectivo. A primeira era a comissão de contacto com o Governo de Moçambique para expor esse princípio, segundo o qual a solução da violência no país era através do diálogo e não da força contra a força, e ver se poderia convencê-lo desse princípio ou dessa proposta. Essa comissão era composta pelo Presidente da Conferência Episcopal e pelos Arcebispos de Moçambique, que eram três: o Arcebispo de Maputo, o da Beira e o de Nampula. A segunda comissão de trabalho foi composta pelo Arcebispo da Beira, responsável pela Comissão Justiça e Paz na Conferência, e também por Dom Alexandre José Maria dos Santos⁴, Arcebispo de Maputo. Essa comissão tinha como objectivo buscar a RENAMO e expor-lhe também o mesmo princípio, de que a solução da violência no país era através do diálogo e não da força da guerra. Assim começámos a trabalhar.

P.: Como veio a integrar essa comissão para a Paz? Acha que, o facto de ser Ndau e dessa forma poder garantir maior confiança a Dhlakama, contribuiu positivamente?

JG: Como está a ver, a Conferência nomeia-me para a comissão não por ser Ndau, mas sim pela responsabilidade que eu tinha então. Nessa altura eu era Presidente da Conferência Episcopal e responsável da Comissão Justiça e Paz, que tinha como objectivo, de facto, todas as questões sociais por parte da Igreja.

Assim, eu começo a trabalhar com Dom Alexandre, ele por um lado e eu por outro. O processo continuou até chegar a Roma. Quando o processo chegou a Roma, a RENAMO pediu apoio, mandou uma delegação a Roma a fim de pedir à Comunidade de Santo Egídio⁵ para interceder junto do Governo Italiano para ver se aceitava que as conversações fossem feitas em Roma. Santo Egídio devia interceder e tratar do assunto junto do Governo Italiano.

A mim encarregaram-me de contactar o Vaticano para ver se dava o seu apoio. Nessa altura falava-se de “guarda-chuvas” nas conversações. Esse é o pedido então de Santo Egídio. A resposta do Governo Italiano a Santo Egídio, que foi apresentar o pedido, foi nomear o deputado Mario Raffaelli⁶ como, digamos, seu representante e aceitou a proposta.

Eu fui ao Vaticano que respondeu entregando um cardeal que estava, de facto, nessa altura responsável pelas questões sociais da Igreja: o Cardeal Roger Etchegaray⁷ que era da Comissão Justiça e Paz. Ele é que foi atender os pedidos da RENAMO. A RENAMO, apresentando o seu pedido para que desse apoio às conversações, o Vaticano disse claramente: “Nós não temos

³ **Samora Moisés Machel** (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 — Mbuluzini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) liderou a Guerra da Independência de Moçambique e tornou-se o seu primeiro Presidente após a sua independência.

⁴ Dom Alexandre José Maria dos Santos (Zavala, 18 de Março de 1924) é um Cardeal Moçambicano. Foi arcebispo de Maputo entre 1975 e 2003. É actualmente Arcebispo-emérito desta diocese. É o primeiro arcebispo e cardeal nativo de Moçambique. Participou do conclave para a eleição do Papa Bento XVI, mas não tinha direito ao voto, já que na época tinha mais de 80 anos.

⁵ A **Comunidade de Santo Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da Paz.

⁶ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

⁷ **Roger Marie Élie Etchegaray** (Espelette, 25 de Setembro de 1922) é um Cardeal Francês e Vice-decano do Colégio Cardinalício.

espaço no Vaticano para acolher as conversações, ali nós não podemos fazer nada. Podemos dar apoio moral às conversações e apoio diplomático, isso podemos fazer”.

Agora para o nosso trabalho, o Cardeal apontou-me para estar na comissão de diálogo e de trabalho nas conversações. Portanto, entro nas conversações por nomeação do Vaticano, através do Cardeal Etchegaray. Não interveio a condição de ser Ndau ou outra coisa. Mas há que ter em conta que a minha posição neste país sobre várias questões levantadas pela revolução Moçambicana era de domínio público. Todos sabiam o que eu pensava, o que eu dizia e, eventualmente, o que escrevia. Isso é sabido no país e fora e jogou a favor de eu estar nas conversações, inclusive a partir do nosso Presidente Joaquim Chissano, que então era o Presidente da República.

P.: No seu primeiro encontro com Dhlakama, pensava que estava a ir para o Malawi e acabou no interior de Moçambique. O que se passou?

JG: Como lhe disse, fui nomeado pela Conferência para a Comissão de Busca e Conversações com a RENAMO, juntamente com Dom Alexandre. Fizemos o trabalho. Ao fazermos o trabalho, chegámos à verificação de que, querendo falar com a RENAMO, de facto, era preciso ir ao mato, seja lá onde estivesse a RENAMO. Não se sabia onde, mas andámos pelo mundo inteiro à procura.

Nesse sentido, para um encontro com a RENAMO, ficámos com duas posições. A primeira foi que Dom Alexandre foi aos EUA. Juntamente com o Conselho Cristão, acabou por ir ao Canadá, num programa que ele conhece, mas que era difícil. Então, lá ficou informado que, para se encontrar com a RENAMO, era melhor contactar o Governo do Quênia. Esta é a via que Dom Alexandre, buscando a RENAMO, a descobre. Portanto, ir a Nairobi e lá falar com o Governo, que podia pôr-nos em contacto com a RENAMO. Essa era a via de Dom Alexandre.

A minha via foi de pessoalmente ir ter com o próprio Presidente da RENAMO. Mas não se sabia onde. Por isso, os que sabiam onde estava e os que podiam, prepararam a minha viagem para ir falar com Dhlakama⁸, onde ele estava e acabei por saber que estava em Canxixe. Lá fomos. Mas não se dizia que eu ia a Canxixe, porque isso era revelar uma questão militar. Por isso, há um erro de precisão, a viagem foi dita que ia até à República Democrática do Congo, lá me encontraria numa cidade com Dhlakama. Só mais tarde quando o avião chega à Suazilândia, secretamente, às escuras, então levanta voo mais uma vez então é que dizem: “Não vamos à República Democrática do Congo, vamos à Gorongosa encontrar Dhlakama”. Mas já estávamos em voo.

P.: Pode descrever como foi o seu encontro com Dhlakama?

JG: O encontro foi positivo dentro da linha que nós queríamos. Dhlakama estava na pista onde o avião pousou, levou-me de mota até ao centro de conversa numa lareira. Não tinha energia, tinha uma lareira, e conversámos. Bom, a questão foi fácil de introduzir, na medida em que o próprio Dhlakama é que começou por dizer: “Arcebispo, está a ver onde estamos? Não há energia, é lenha com fogo e fumo. As lojas estão destruídas”. De facto, estavam destruídas, tudo à volta cheio de máquinas de guerra inutilizadas. Então dizia: “E muita fome temos aqui. Estamos a sofrer muito, a guerra faz-nos sofrer”.

Então, tendo introduzido dessa maneira a questão, entrámos no próprio tema. Eu disse: “Não só vós que estais aqui que estais a sofrer por causa da guerra, nós nas cidades estamos com fome, estamos a morrer. Agora, como é que pensa acabar com essa história?”.

É nessa altura que entrámos no tema que pode interessar. Para terminar com este sofrimento e com a guerra, ele próprio diz: “É preciso que haja um encontro e diálogo com a FRELIMO”.

⁸ Afonso Macacho Marceta Dhlakama (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

Portanto, ele propõe o diálogo e não a violência contra a violência. Acrescentei: “Nesse diálogo de que se vai tratar?” Ele diz: “Para o diálogo, se a Igreja nos quiser ajudar, pode ajudar. Mas o que nós queremos com essa luta toda é a liberdade religiosa em Moçambique, queremos Democracia, eleições livres” - De facto, as eleições da FRELIMO não eram livres, eram a dedo - “Não queremos nacionalizações, não queremos a ocupação das missões pela revolução moçambicana, missões católicas ou religiosas”. Ele enumera-me isto. Depois não quer a economia socialista, que nessa altura era orientada por uma comissão chamada CAME [Conselho para o Auxílio Mútuo Económico] do mundo socialista. “Não queremos isso, queremos economia de mercado livre”, era assim que ele se exprimia. “Não queremos o comunismo em Moçambique, queremos a liberdade dos cidadãos, a liberdade de partidos e não só um partido no país”.

Portanto, uma série de exigências que ele apresentou nesse caso. Eu disse-lhe: “Isso aí é preciso exprimir à própria FRELIMO, que deve escutar o que é que vós quereis e vós também deveis escutar o que é que a FRELIMO quer, para se encontrar uma solução”. Ficámos assim, com a possibilidade da Igreja ajudar e de ver se a FRELIMO e o Governo podiam encontrar-se.

P.: Nas primeiras conversações a Igreja limitava-se a informar uma das partes da pretensão da outra. Por que razão?

JG: Como nota, as conversações, de facto, tiveram várias fases. As conversações com a RENAMO começaram em Nairobi, no Quénia, na medida em que, de facto, o Governo de Nairobi aceitou a proposta de fazer-nos contactar a RENAMO e chamou a RENAMO para Nairobi, e nós, os bispos, fomos a Nairobi para nos encontrarmos com a RENAMO.

Aí então começam as conversações, tivemos o primeiro encontro com a delegação da RENAMO. Voltou e pedimos que queríamos falar propriamente com o Dhlakama e não com a Delegação. Então preparou-se tudo para que Dhlakama fosse a Nairobi e se encontrasse connosco e foi, aconteceu.

Então, nesse momento, os bispos católicos já não estavam sozinhos. Juntaram-se a eles uma Delegação do Conselho Cristão em Nairobi. Como o Governo não podia participar oficialmente nesse diálogo, então enviou uma delegação que se chama “a sombra”. Havia uma Delegação do Governo instalada no hotel, mas quem dialogava com a RENAMO e com Dhlakama éramos nós, os bispos. Falávamos com o Governo, com a RENAMO, discutíamos o que discutíamos, e à noite íamos referir àquela Delegação do Governo, “a sombra”, no seu hotel. Foi assim que em Nairobi, nas conversações, falávamos diferentemente com a RENAMO e com o Governo. Mas o Governo estava oculto.

P.: Quais considera terem sido as principais razões para as conversações em Nairobi não terem tido sucesso?

JG: Não tiveram sucesso porque, como nota, o Governo não está presente a falar com a RENAMO. Mas era preciso que eles falassem. Então a primeira tentativa de fazer falar a RENAMO com o Governo foi quando o Presidente da República de Moçambique escolheu dois negociadores para substituir os bispos que estavam em Nairobi.

Então, escolhe os dois negociadores e os termos mudam. Os negociadores eram o Presidente da República do Zimbabwe e o Presidente da República do Quénia. Eram os negociadores. Isso foi em Agosto de 1989.

Então entram os negociadores para ver se se realiza o diálogo entre a FRELIMO e a RENAMO. Em Dezembro, portanto praticamente três meses depois, os negociadores comunicam que afinal já chegou o tempo, não da FRELIMO falar através de negociadores, não da RENAMO falar através de negociadores, mas da FRELIMO e da RENAMO falarem directamente.

Nesse sentido é que surge, de facto, o trabalho da diplomacia para convencer o Governo Moçambicano a aceitar dialogar com os bandidos armados. Foi preciso um trabalho, porque não

queria. Também o mesmo trabalho de levar a RENAMO a aceitar falar com a FRELIMO que dizia que era comunista e que não queria.

Portanto, fez-se um trabalho até que, de facto e aqui não há pormenores, o Presidente Chissano⁹ vai aos EUA, depois de um trabalho diplomático que nós fizemos, e encontra-se com o Presidente Bush¹⁰ e ali declara ao Mundo e à Nação que estava disposto a dialogar directamente com a RENAMO. Em Março de 1990 declara isso em Washington.

Esta declaração pedia ainda mais pormenores, no sentido de como falar e onde falar. Isso então é que criou essa situação de irmos até Roma. Porque em África, os países apresentados não foram aceites, nem por um, nem pelo outro. A RENAMO propôs como lugar de conversações ou de encontro, Nairobi, já que estavam lá, mas o Governo de Moçambique não aceitou. Porque no Quénia estavam muitos dissidentes da FRELIMO durante a luta de libertação. Então, o Governo temia a pressão desses dissidentes que estavam no Quénia. Por isso, não aceitou o diálogo em Nairobi e propôs o Malawi e mandou uma delegação para o Malawi. Fez a diplomacia de convencer a RENAMO a ir para o Malawi para o diálogo.

Dhlakama, que estava em Nairobi, saiu de lá e foi até ao Malawi, mas disse que não aceitava conversações no Malawi, porque a segurança da FRELIMO tem liberdade no Malawi, então os membros da RENAMO não estavam seguros. Por isso não aceitou.

A RENAMO propôs Portugal, como antigo país colonizador. Disse: “Vamos a Portugal e lá vamos conversar”. O Governo Moçambicano não aceitou. Porquê? Porque dizia: “Em Portugal há muitos portugueses que saíram de Moçambique descontentes e então iriam fazer pressão sobre a RENAMO e sobre as conversações”. Então não aceitou.

Ficámos assim a escutar essa “ladainha” de países sem sucesso algum. Foi dali que a diplomacia começou a trabalhar para ver se então a gente ia até Roma. Foi assim que fomos a Roma. De modo que temos a fase das conversações em Nairobi e a fase das conversações em Roma.

P.: A diplomacia trabalhou para chegar até Roma. Poderia descrever como decorreu esse processo?

JG: A diplomacia, em parte, deve ser explicada pelo deputado Mario Raffaelli, que foi uma das pessoas que representou Roma, o Governo de Itália. Como nota, nós estamos em Nairobi e temos Dhlakama nas mãos, temos a sua delegação também nas mãos, e temos o problema do lugar.

Pois bem, eu estava em contacto com Santo Egídio quando ia a Roma. Então, Santo Egídio concebe essa ideia de que, em vez de fazer as conversações em outro lugar, talvez seja melhor em Roma, na Itália. Imagina lá as suas conveniências e argumentos. O certo é que, em Fevereiro de 1990, Dhlakama, que não tinha nem sequer passaporte ou documento de identidade, consegue ir até Roma com um documento que a polícia autorizou.

Eu sabia que ele estava lá em Roma e na sua estadia ouvi argumentos a favor das conversações em Roma, a partir da conversa com Santo Egídio. Mas era preciso também que o Governo Moçambicano aceitasse Roma. Então a diplomacia começa. Com Dhlakama, já o temos em Roma e já se pode escutar os argumentos a favor. A outra diplomacia era agora com o Governo Moçambicano. Então comunica-se de uma maneira indirecta com o Governo Moçambicano. Primeiro, tínhamos ali a relação entre, digamos, Santo Egídio e a Igreja e o Governo, através do tal Ministro de que falei há pouco, o Ministro da Informação, o senhor [José] Luís Cabaço. Era um Ministro que ia muitas vezes a Itália e, de facto, chegou a trabalhar um pouco na relação Igreja Católica e Governo Moçambicano.

⁹ **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político Moçambicano, veterano da luta armada da Frelimo, foi primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

¹⁰ **George Herbert Walker Bush** (Milton, 12 de Junho de 1924)[1] é um político Americano, tendo sido o 41º Presidente dos Estados Unidos (1989–93). Filiado ao Partido Republicano, já havia anteriormente sido o 43º Vice-presidente dos Estados Unidos (1981–89), foi também membro do Congresso, Embaixador e Director da CIA.

Então, a ideia de Roma passa também para o Governo Moçambicano que, por sim ou por não, envia a Roma o seu Ministro do Trabalho, Aguiar Mazula. Ele vai até ao Vaticano enviado pelo Governo. Chega lá e não diz que vão fazer as conversações em Roma, só diz que, segundo me referiu o Vaticano, estava a ver se o Vaticano servia de “guarda-chuva” às conversações.

Pois bem e foi assim: o Vaticano disse que não entendeu essa linguagem, mas depois pediu-me explicações. Eu nessa altura estava em Paris, para outros serviços. Então encontro-me com esse Ministro no seu regresso para Moçambique e explica-me o que foi fazer lá a Roma. Então fala desse “guarda-chuva” e que era necessário o diálogo. Assim, um Ministro de Moçambique entra no Vaticano e Dhlakama está em Roma.

Portanto, está um trabalho feito pela diplomacia. Quer dizer, a diplomacia corre, mesmo contra as normas. No fim de Fevereiro Dhlakama regressa a Nairobi de Roma, chega lá e formaliza o seu pedido de ir a Roma para fazer as conversações, com essa delegação a que me referi há pouco tempo, que foi depois então falar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Giulio Andreotti¹¹, que nos deu o Mario Raffaelli, e o Vaticano que depois deu o Cardeal Etchegaray que se fez substituir por mim.

Uma vez nós os dois contactados e indicados, tivemos o problema, de facto, de contactar o Governo Moçambicano, se aceitava ou não Roma. Como convinha à diplomacia, não era eu que devia falar, mas sim Mario Raffaelli, que era do Governo. Então disseram-lhe: “Você agora fala com o Governo e pergunta se aceita ou não”. De facto ele falou lá com os nossos grandes e recebeu resposta positiva. Foi assim que se programou o primeiro encontro entre a RENAMO e a FRELIMO.

P.: Quais são as memórias que tem do primeiro encontro de conversações entre a FRELIMO e a RENAMO?

JG: O primeiro encontro das delegações foi impressionante, no sentido em que víamos realizado o que durante muito tempo era impossível: ver uma Delegação do Governo Moçambicano à frente de uma Delegação da RENAMO, em Roma. Ver esses dois dispostos a escutarem-se. Foi muito impressionante para nós e também comovente.

Segundo, ficámos muito admirados ao ouvir as primeiras palavras que cada Delegação estava a dizer. Foi agradável e também, como digo, uma surpresa ouvir da parte do Delegado do Governo, que então era o Emílio Guebuza¹² o Presidente da Delegação, que estavam como Moçambicanos para estudar questões que dizem respeito à Paz em Moçambique. Portanto, estavam aí como Moçambicanos e queriam escutar-se naquele encontro.

Ouvir a RENAMO dizer “Nós também estamos aqui para resolver os problemas da guerra”, não como eles diziam “ao cano das armas”, mas “Queremos resolver os problemas dialogando. Então estamos aqui para esse diálogo de solução do conflito armado de Moçambique”.

Portanto, um encontro comovente nesse sentido, escutar as partes, de facto, a defender teses que antes não aceitavam e que naquele momento aceitavam que e eram a solução para o conflito que existia no país.

P.: Qual foi a metodologia de trabalho dos mediadores?

JG: Nós que fomos transformados de observadores para mediadores, não éramos mestres da mediação nas negociações de Paz. Tivemos de criar uma metodologia propriamente nossa para

¹¹ **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

¹² **Armando Emílio Guebuza** (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

as conversações, sabendo que Governo estava ali, que era o da FRELIMO, e sabendo que RENAMO estava ali que, de facto, estava com a guerra nas mãos.

Compusemos a nossa metodologia de trabalho, também de acordo com os assuntos que íamos discutindo. Como metodologia, de facto, tivemos a Delegação do Governo no seu hotel e a delegação da RENAMO noutra hotel. Se fosse possível, bastante distantes, não queríamos que eles se encontrassem sozinhos, isso não. Deveriam encontrar-se perante nós. Foi a nossa metodologia de trabalho.

Nesse sentido, as questões que foram aparecendo no principio, não tínhamos uma agenda já feita, deixávamos as partes falar o que sentiam, o que é que via a FRELIMO na questão da guerra, o que via a RENAMO na questão da guerra, e eles foram falando. À medida que foram falando, nós fomos tomando apontamentos das questões para no fim fazer uma agenda das reuniões e ao fazer a agenda, também o chamado quadro das conversações – isso é invenção do Mario Raffaelli.

Então, nesse sentido havia questões em que o Governo facilmente aceitava, mas a RENAMO não confiava na FRELIMO. Esse foi um tema difícil: levar a RENAMO a acreditar nas palavras que a FRELIMO dizia. Então, nesse sentido nós deixávamos o Governo que já aceitava a coisa e fazíamos o trabalho junto da RENAMO para convencer a aceitar o que nós estávamos a ver que era justo.

Por isso, deixávamos a delegação do Governo no hotel e íamos ao hotel onde estava a RENAMO e lá passávamos várias horas de trabalho de convencimento, até que a RENAMO acabava então por aceitar, por confiança nos mediadores. Porque nós dizíamos: “Este caminho ou essa ideia é certa, é melhor vocês aceitem isto”. Eles, pela confiança que tinham em nós, aceitavam. Mas também havia questões difíceis para o Governo, mas que para a RENAMO era igual, era bom. Então deixávamos a RENAMO no seu hotel e íamos ter com o Governo e lá quem mais falava era Mario Raffaelli, porque ele também era político e sabia dessas coisas todas. Então, era quem mais falava para convencer Guebuza das ideias que então estávamos a discutir. Foi essa a metodologia que usámos.

Agora, de facto, junto da RENAMO a Igreja teve um papel persuasivo muito importante, na medida em que dizia: “Nós estamos a discutir aqui, mas cada um tem as suas vantagens, o Governo tem uma vantagem para governar e todas essas coisas. A Itália, o Governo, também tem seus interesses em Moçambique, etc. Agora, a Igreja que está aqui, é a única instituição que não tem outros interesses”.

Então, isso fez com que várias vezes as questões difíceis para a RENAMO fossem aceites porque dizia: “Se a Igreja diz assim é porque não tem interesse, então deve ser assim”. Então o nosso trabalho em algumas questões foi facilitado com base nessa convicção que a própria RENAMO tinha de que a Igreja não estava a defender interesses, mas sim o real bem do povo Moçambicano.

P.: Como descreve a coordenação entre Santo Egídio e Mario Raffaelli?

JG: Eu não poderei explicar as relações de Mario Raffaelli com Santo Egídio. O que sei é que, de facto, quando Santo Egídio foi ter com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Italiano para comunicar o pedido da RENAMO, o Ministro respondeu entregando Mario Raffaelli como representante do Governo. A partir dessa altura é que conheci Mario Raffaelli. Santo Egídio, de facto, conhecia pormenores de Mario Raffaelli, já sabia quem era, de onde vinha, e durante as conversações foi descobrindo mais dados sobre Mario Raffaelli. Nesse sentido, o Mario Raffaelli mereceu confiança também da parte de Santo Egídio porque, Santo Egídio defendendo a causa da Paz e criando condições também para as conversações, viu que o seu trabalho era apoiado também por um grupo de italianos bastante fiável. Por isso, as relações entre Mario Raffaelli e Santo Egídio muito ajudaram as conversações e eram amigos.

P.: Como é que viu o seu papel pessoal nesse conjunto de conversações?

JG: O meu papel pessoal foi pesado. Primeiro porque, já nomeado pela Conferência Episcopal para entrar nesse processo, era uma responsabilidade séria e comecei a sentir essa parte. Portanto, eu tinha que ser fiel à Conferência Episcopal de Moçambique.

Depois, também como já disse, fui nomeado pelo Vaticano para tomar parte nas conversações como observador e depois como mediador. Isso significava que eu era responsável junto do Papa João Paulo II¹³ nessas conversações e, de facto, várias vezes levámos as duas delegações para o Vaticano. Estava lá um senhor chamado [Claudio Maria] Celli,¹⁴ Italiano que hoje é cardeal encarregado dos meios de comunicação sociais do Vaticano.

Então, eu sentia-me responsável por um trabalho apoiado pelo Vaticano e eu tinha que ser, de facto, fiel às intenções do Papa nessas conversações. O maior peso de responsabilidade que senti, que todas as vezes que regressava de Roma para aqui, o povo Moçambicano estava sempre a dizer: “Aonde vamos? Já chegou a Paz?”. Queria a Paz. De facto, fazia questão de dizer: “Nós pomos a nossa confiança e esperança nas conversações de Roma”. Eu então sentia-me responsável por todo o possível sucesso das conversações em Roma perante o povo Moçambicano. Por isso, não foi assim tão fácil pessoalmente porque sentia o peso da responsabilidade.

P.: Pode descrever quais foram os problemas que surgiram na viagem dos negociadores ao Malawi para se encontrarem com Dhlakama?

JG: Se a memória não me falha, surgiu um problema não fácil, que falei exactamente há pouco no quadro das conversações. No quadro das conversações havia um ponto que dizia que a RENAMO reconhece a FRELIMO e a FRELIMO reconhece a RENAMO. Esse ponto foi contestado pelas duas partes, na medida em que a RENAMO dizia: “Passei 16 anos a lutar contra a FRELIMO e não posso reconhecer a FRELIMO”.

O Governo também dizia: “Eu sou o Governo legítimo de Moçambique, não posso reconhecer um grupo de bandidos armados ou de revoltosos”. Portanto, este ponto não tinha sentido dentro das conversações. Dissemos às partes: “Consultem os vossos superiores”.

Consultaram, pouco ou muito, não sabemos, mas a verdade é que os chefes das delegações disseram: “Não temos respostas dos nossos chefes. O melhor é vocês irem perguntar e talvez eles vos expliquem”.

Como devemos reagir? Foi nesse sentido que me lembro que tivemos que fazer a tal viagem de Roma até ao Malawi, no sentido em que seria o lugar de segurança para a RENAMO entrar, e naturalmente o Governo tinha facilidades. Lá conversámos com o Dhlakama na Sede Nacional da Polícia, porque eu exigi segurança, não estava seguro ali. Eu disse à Polícia do Malawi que devia garantir a minha segurança, então acharam bem irmos fazer a reunião na sede da Polícia do Malawi. Portanto, no centro, o lugar mais seguro.

Dali tomámos o avião e fomos ter com o Presidente Chissano que, na altura, estava em Malehice, na aldeia. Também fomos dialogar com ele e explicámos a tese. Da parte de Mario Raffaelli, o técnico das conversações, era preciso este ponto do quadro das conversações.

As coisas difíceis às vezes resolvem-se com uma via muito fácil. Porque acabámos por perguntar à RENAMO: “Você não reconhece a FRELIMO?” “Sim, eu não reconheço, não posso reconhecer, porque estamos há 16 anos em guerra, a combater a FRELIMO, agora vou reconhecer? Não posso reconhecer”. Sim, mas “Agora com quem você está a falar aqui em Roma?” “Estamos a falar com a FRELIMO”. “Então, é isso que nós queremos, você deve saber agora que está a falar com a FRELIMO, é isso que nos interessa”. Fomos à FRELIMO: “Não

¹³ **João Paulo II ou São João Paulo II;** nascido Karol Józef Wojtyła, (Wadowice, 18 de Maio de 1920 — Vaticano, 2 de Abril de 2005) foi o papa e líder mundial da Igreja Católica Apostólica Romana e Soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à data de sua morte.

¹⁴ **Claudio Maria Celli** (Rimini, 20 de Julho de 1941) é um Arcebispo católico Italiano e Presidente Emérito do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais no Vaticano. Na época era Subsecretário de Relações com os Estados (vice-chanceler) da Secretaria de Estado do Vaticano.

aceitamos, são bandidos”. “Mas o que está a fazer aqui? Com quem está a falar aqui?” “Estou a falar com eles”. “Então é isso que queremos, você deve dizer que está a falar com a RENAMO e a RENAMO deve dizer que está a falar consigo. É isso que queremos para continuar com o diálogo, senão não vai”.

Então Mario Raffaelli é que acabou por dizer que o Governo devia entender a situação real do país. De facto, o Governo dizia: “Aqueles são rebeldes, são bandidos armados. O Governo tem soberania”. Mas onde é que está a soberania, quando todo o país está nas mãos de guerrilheiros? Então tivemos essas discussões. Na discussão, essa objecção apareceu para convencer o Governo de que reconhecer a RENAMO era um pensamento sábio para resolver o problema da guerra e o Governo acabou por aceitar, de facto, que estava a falar com a RENAMO, e a RENAMO aceitou que estava a falar com a FRELIMO. O que me lembro desse passo é isso.

P.: Como viu o primeiro encontro entre os dois Presidentes, da RENAMO e da FRELIMO, que se realizou em Roma?

JG: Aqui entrou uma outra questão que foi difícil de resolver, mas que resolvemos de outra maneira. Quando começaram as conversações, e sobretudo depois do primeiro comunicado, muitos países tiveram interesse em entrar nas conversações.

O primeiro foi os EUA que enviaram um Delegado, com o título de Embaixador, a dizer que queriam entrar nas conversações para o segundo encontro, e dissemos: “Porquê?”. É porque eles eram Americanos. Nós também éramos diplomáticos e dissemos: “Entendam-se com as partes, as conversações são deles”. Sabíamos que a RENAMO não havia de aceitar, porque foi sempre condenada pelos EUA. Então, a RENAMO disse: “Não queremos ver aqui a América porque nunca nos ajudou”. Depois resolveram uma reconciliação na Suíça, os Americanos e a RENAMO, mas isso já foi fora do nosso trabalho.

Depois a União Europeia, quando soube que os EUA queriam entrar, apareceu e disse: “Nós também queremos entrar”. Porquê? “Porque a África é da Europa, a América Latina é da América do Norte. Por isso, se a América quer vir cá está no lugar impróprio, nós é que temos que entrar”. Nós ficamos muito confusos.

A Rússia soube que a América queria entrar, então enviou o seu Embaixador a dizer que a União Soviética também queria entrar. Mas porquê? “Porque a América está lá”. Então, houve interesse de pessoas que queriam entrar. Já não falo da África do Sul que sempre, até ao último dia das conversações, pediu para entrar.

Mas faltava a África também, que pedia também para entrar nas conversações, porque era uma questão de África. Então foi assim que nós tivemos que interpretar o que aconteceu em Gaborone. De Gaborone avisaram-nos que iam para lá os Presidentes de Moçambique, do Zimbábue e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana. Iam a Roma encontrar-se connosco em Agosto de 1992.

De facto, como digo, para nós, os mediadores, foi uma surpresa porque não sabíamos que, à margem das conversações em Roma, havia outras em Gaborone. Então foi nesse sentido que apareceram em Roma os Presidentes. O Presidente Mugabe mandou dois ministros, o da Defesa e o da Justiça. Gaborone mandou o Ministro dos Negócios Estrangeiros. De Moçambique é que foi mesmo o Presidente Chissano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi¹⁵. Da parte da RENAMO, o próprio Dhlakama também saiu de Gaborone e apareceu lá.

Nesse sentido, antes de formalizar o abraço da Paz, Dhlakama e Chissano tiveram lá com as suas Delegações a conversar. Não descrevo todo o encontro, mas a verdade é que nós, os mediadores, não quisemos complicar a situação. Porque foi muito deselegante o gesto. Nós estávamos em Roma a dialogar e eles fazem outras conversações e tomam decisões. Queria-se

¹⁵ **Pascoal Mocumbi** (nascido a 1941) é um médico e político moçambicano. Foi Ministro da Saúde, dos Negócios Estrangeiros (entre 1987 e 1994) e Primeiro-ministro do Governo de Moçambique de 1994 até 2004.

que naquela altura se assinasse o acordo de Paz. Eu disse: “Mas qual Acordo de Paz?” Então, Dhlakama e Chissano encontraram-se nessa confusão no encontro, porque deixámos eles falarem e nós, os mediadores, ficámos de fora. Dissemos: “Falem lá do que vocês precisam”. De facto, a coisa não caiu bem, para as partes que estavam em Roma. As delegações não aceitaram por bem que houvesse segundas conversações em Gaborone e não aquelas de Roma. Muito menos assinar em Agosto de 1992 o Acordo de Paz.

Encontraram-se, voltaram com uma pequena desilusão, no sentido que não se assinou o acordo, e para favorecermos, como éramos positivos - os mediadores devem ser sempre positivos - então dissemos: “O melhor que vocês podem fazer agora, para valorizar esse encontro é talvez marcar a data da assinatura do acordo, marquem lá”. Então eles disseram dia 1 de Outubro. Estávamos em Agosto, tínhamos Setembro para terminar as questões e 1 de Outubro para assinar acordo. Pronto, ficou assim publicado para todo o Mundo e para Moçambique que o acordo seria assinado no dia 1 de Outubro de 1992.

P.: Como viveu os últimos dias anteriores à assinatura com todas as hesitações que quase fizeram o processo falhar?

JG: Tendo sido marcada a data de 1 de Outubro de 1992 para a assinatura do acordo tivemos de acelerar todo o processo de discussão de problemas que eram necessários resolver antes da assinatura do acordo. Tínhamos muitas questões porque não contávamos com isso.

Assim, fomos resolvendo questões militares, como organizar o cessar-fogo, as Nações Unidas, a União Africana... Várias questões que era preciso discutir. Entre algumas questões que não foram discutidas, porque não tínhamos achado necessárias, foi exactamente o que fazer das zonas chamadas “libertadas” da RENAMO.

Essa questão pareceu séria na medida em que, na manhã do dia 1 de Outubro, quem nos paga o “mata-bicho”, o pequeno-almoço no hotel é o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof Botha¹⁶ que vinha sugerir uma ideia para essas zonas libertadas da RENAMO. Uma das ideias que o Ministro trazia era que constasse no acordo que a RENAMO tinha o direito de convidar organizações para o desenvolvimento das zonas libertadas. Claro que da nossa parte essa ideia não foi muito bem aceite, porque era exactamente o contrário do que estávamos a fazer que era defender uma soberania no país e defender a unidade nacional.

De tal maneira que, quando a gente se reúne com a RENAMO para finalizar tudo, então é que surge o problema das zonas libertadas da RENAMO. Quem vai governar as zonas libertadas? É claro que para o Governo de Moçambique, era o Governo que ia dirigir ou governar as zonas libertadas, porque há uma soberania no país. Mas a RENAMO disse: “Passei 10 anos a lutar, consegui libertar zonas, agora vou entregar à FRELIMO? Eu lutei para agora entregar?”. Disse que não. Então, nesse sentido, Dhlakama levantou-se da mesa, do encontro, e foi embora para o quarto e disse: “Se é assim, não assino nenhum acordo”.

Então, no dia 1 não foi possível assinar o Acordo Geral de Paz. Tivemos mais uma vez, nós os mediadores, de fazer o trabalho, de resolver o problema. Então, íamos do hotel onde estava a RENAMO para o hotel onde estava Chissano, que já tinha ido para lá para assinar o acordo. Tivemos que ir para lá, depois voltar. O Chissano e o Mugabe estavam juntos. Então, começou esse trabalho de ouvir as partes e apresentar possíveis soluções. Assim passou de facto esse tempo em que as pessoas esperavam o acordo no dia 1, mas afinal acabou por ser no dia 4. Mas a dificuldade era essa. Estávamos a resolver o problema da administração, como se diz, das zonas libertadas da RENAMO em Moçambique.

Até que uma ideia genial apareceu e que foi depois aceite por ambas as partes. Criámos uma comissão de 8 (4/4) e essa comissão estaria para ouvir quais seriam os planos do Governo para as zonas libertadas. Então ali, como estavam os 4 da RENAMO e os 4 da FRELIMO, então ficavam informados e decidiam se sim ou se não.

¹⁶ **Roelof Frederik “Pik” Botha** (27 de Abril de 1932, Rustenburg, Transvaal) é um antigo político sul-africano que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros nos últimos anos da era do *apartheid*.

Também a RENAMO tinha alguma coisa nas zonas do Governo também. Sobretudo, a nomeação de administradores. O Governo dizia: “Isto é da minha competência”. Mas a RENAMO dizia: “Vocês vão nomear um administrador que vem governar-me a mim?” Então acabámos por criar essa comissão de 8 que, na realidade, serviu para resolver o problema e convencer os dois Presidentes a aceitar a assinatura do acordo.

P.: Como se sente pelo contributo pessoal dado ao trabalho de alcançar a Paz?

JG: O processo da Paz em Moçambique, como já disse, de facto foi um trabalho que acabou por ser de muita responsabilidade para mim. Uma responsabilidade difícil perante a Conferência Episcopal, perante o Vaticano e perante o povo Moçambicano, que acabou por pôr toda a esperança do fim da guerra nas conversações de Roma e, sobretudo, na minha pessoa que estava lá.

Também acabei por verificar que ocupou a maior parte da minha vida de bispo. Os problemas do povo Moçambicano, da revolução Moçambicana, atingiram-me e preocuparam-me desde 1977. Eu fui feito bispo em 1976, mas em 1977 fui a Roma a trabalho dos bispos e lá no Vaticano tive de manifestar a preocupação da falta de liberdade religiosa em Moçambique, por causa da ideologia. Significa que, desde de 1977 para cá, nesses dias que estamos a pensar celebrar os 20 anos de Paz, fiquei ocupado com essas questões.

A maior parte da minha vida de bispo foi dedicada a essas questões da liberdade religiosa, da Igreja, da Paz, da harmonia social. Faz impressão porque fui surpreendido, não programei a minha vida trabalhar e ser bispo para a Paz. Aceitei ser bispo para trabalhar nas missões, aqui na igreja, na capela, com catequistas, com cristãos, era esse o ideal, mas acabei em Roma discutindo os problemas da Paz e da guerra.

Portanto, um pouco de surpresa no programa da minha vida, que cheguei, de facto, a este processo de Paz, de trabalho. É gratificante o trabalho. Foi pesado porque quase não ficava na Beira, passava pelo aeroporto, voltava a Roma, depois passava por aqui, 3 ou 4 dias, ia e depois voltava. Praticamente não fiquei na Beira, estava sempre fora do país. Então, isso fez-me, de facto, ver que afinal a minha vida de bispo não era uma vida ligada a um lugar, mas acabei a trabalhar para a Igreja em África.

Como mais tarde se viu, o problema da Paz há-de entrar no primeiro Sínodo¹⁷, chamado de Sínodo Africano, em Roma, de 1994. Teve um capítulo próprio da Justiça e Paz, e esse capítulo dependeu de Moçambique. Eu estive na organização e disse: “Não podemos reunir bispos de África sem discutir questões sociais, portanto ponha-se ali”. O cardeal aceitou e disse: “Esse capítulo é de vocês de Moçambique”. Portanto, significa que acabei por estar a trabalhar também ao nível da Igreja universal em Roma nos dois Sínodos dos africanos, o de 1994 e esse agora de 2009. Portanto, é gratificante nesse sentido porque resultou. Hoje estamos aqui a conversar graças a esse trabalho feito para a Paz em Moçambique.

P.: Com que opinião ficou em relação a Mario Raffaelli?

JG: O que nós sentimos de facto no nosso trabalho de mediadores, chamado o grupo dos mediadores, acabámos por reconhecer o mérito de cada uma das partes. Não éramos todos, de facto, iguais, na eficácia do nosso trabalho. Como já disse, da minha parte era a questão do papel da Igreja nas conversações e na busca da Paz aqui em Moçambique.

O Papa quando veio visitar Moçambique em 1988 fez referência a esse caso, reuniu-se com os bispos e disse: “Vós, os bispos, deveis procurar ajudar os vossos concidadãos a encontrar a Paz,

¹⁷ Sínodo é uma reunião regional de bispos, convocada pelo Papa para uma determinada região ou continente. O primeiro Sínodo de Bispos para a África foi em 1994. Durante o mesmo foi denunciada a dramática situação vivida por inúmeros países do continente africano, assolados pelas guerras e epidemias como a SIDA. O Segundo Sínodo dos Bispos Africanos realizado no Vaticano, de 4 a 25 de Outubro de 2009, teve como tema «A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz».

não podeis deixar”. Portanto eu, nesse sentido, estava sempre a escutar a Conferência Episcopal, a escutar o Vaticano, a escutar vários que Santo Egídio convidou para fazer reflexão.

Era uma coisa própria minha porque entendia isso. Santo Egídio, naquelas circunstâncias em que o Vaticano disse: “Não temos espaço para vocês no Vaticano, procurem outro lugar”. Então, Santo Egídio teve muito mérito em resolver esse problema do espaço e também dos meios de conversações. Por isso, ofereceu-nos uma sala para os encontros, não foi preciso pagar a um hotel, o que sairia muito caro. A parte da logística foi graças a Santo Egídio. Transporte, tradução de textos do Italiano para português, arrumar salas e receber convidados, estava tudo isto nas mãos da comunidade de Santo Egídio.

Portanto, cada um teve o seu mérito. O Mario Raffaelli, como já disse, tinha esse condão de ser membro do Governo e de um Governo que se dizia nessa altura que tinha mais investimentos em Moçambique que qualquer outro país da Europa, que era a Itália.

Portanto, Mario Raffaelli, com base aqui e que era membro do Governo que tinha mais investimentos em Moçambique, ele tinha um poder persuasivo junto do nosso Governo. Já podia falar com autoridade e convencimento com a Delegação do Governo, porque ele sabia como é que era a relação entre a Cooperação Italiana e Governo Moçambicano. Nesse sentido, Mario Raffaelli era muito válido nessas relações.

Também foi muito válido na medida em que ele, lá na sua vida política, pertencia ao grupo que conhecia a técnica das eleições, como se organizam as eleições, como se calcula a maioria, a minoria, e toda essa história. Então isso ajudou-nos muito a decidirmos no Acordo Geral qual era o critério de vitória nas eleições, qual era a percentagem que se poderia utilizar para que se considerasse, por exemplo, a FRELIMO ganhou em Sofala, a RENAMO ganhou em Maputo. Então, ele ajudou-nos, de facto, a estabelecer esse critério. Portanto, para Mario [Raffaelli] tinha um poder persuasivo junto do Governo Moçambicano. Depois tecnicamente, de facto, ele entendia a questão das eleições que nós não sabíamos nada, porque em Moçambique nunca tinha havido eleições livres.